

OPRESSÃO PATRIARCAL E A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO ENSINO DE LITERATURA: UMA PROPOSTA DIDÁTICA A PARTIR DO CONTO “PARA QUE NINGUÉM A QUISESSE” DE MARINA COLASANTI

Sara Gabriela Novak Bottega¹
Sérgio Roberto Massagli²

INTRODUÇÃO

Desde o período colonial, a sociedade brasileira foi estruturada sobre bases patriarcais que consolidaram a ideia de superioridade masculina e subordinação feminina. O patriarcalismo é caracterizado por um sistema social baseado na dominação masculina, segundo o qual apenas os homens possuem a responsabilidade, autoridade moral, funções de liderança, e controle das propriedades. Nesse sentido, Simone Beauvoir (1970) assinala que o lugar da mulher na sociedade é sempre estabelecido pelos sujeitos masculinos e, infelizmente, em nenhuma época as mulheres impuseram suas próprias leis. Pode-se observar que, ao longo da história, as mulheres eram vistas e destinadas ao cuidado da casa, dos filhos e do marido, excluídas das esferas de poder, da educação formal e da vida pública. Justifica-se, portanto, a escolha dessa temática pela urgência em tratar, dentro da escola, as múltiplas formas de violência e a subordinação feminina resultantes de um machismo estrutural que ainda afeta a vida das mulheres. Sendo assim, este trabalho pretende construir um espaço de diálogo com jovens do Ensino Médio e propor uma prática pedagógica que articule literatura, opressão patriarcal e o ensino, utilizando como norteador da discussão o miniconto “*Para que ninguém a quisesse*”, da escritora Marina Colasanti, presente na coletânea *Contos de amor rasgados*, publicado em 1987. Parte-se, portanto, do pressuposto de que o estudo da literatura desempenha um papel essencial como testemunha e crítica dos períodos históricos e atuais, especialmente no que diz respeito à representação das minorias e às dinâmicas sociais.

O conto retrata uma personagem feminina vaidosa, que gostava de se arrumar e possuía uma identidade própria, o que acaba gerando ciúmes em seu marido, que a considera como um objeto de sua posse, e passa a praticar uma série de violências até transformá-la em alguém sem identidade. O foco deste trabalho está na condição das mulheres e em como o gênero é representado no conto, além de refletir sobre como esses elementos podem ser trabalhados com a proposta didática em sala de aula. O referencial teórico será fundamentado nos estudos de Mary Del Priore, Pierre Bourdieu e Simone de Beauvoir, que contribuem para a compreensão histórica, simbólica e social da opressão masculina. Ademais, como professora em formação é fundamental reconhecer o papel da literatura como um ato de escuta e resistência, e a importância de discutir assuntos tão relevantes no contexto escolar com estudantes jovens por meio da análise crítica desses elementos que estão presentes na ficção e no cotidiano. Assim, a proposta pretende

¹ Acadêmica do Curso de Letras - Português/Espanhol – 5º Fase/ 1º/2025. Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, campus Realeza-PR. novakbottega@gmail.com

² Doutor pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Orientador(a). Prof.^(a) do Curso de Letras Português/Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, campus Realeza-PR. sergio.massagli@gmail.edu.br

ampliar o olhar dos alunos sobre as múltiplas formas de violência ainda presentes nas relações e na sociedade.

1 METODOLOGIA

A proposta será desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa e fundamentada em uma perspectiva de pesquisa-ação, com caráter participativo, voltada para estudantes do Ensino Médio. A intenção é promover um espaço de escuta, análise crítica e reflexão, com foco no diálogo a partir da leitura literária. O trabalho foi dividido em duas etapas principais. A primeira consistiu em uma pesquisa bibliográfica, com leitura de autores como Pierre Bourdieu e Simone de Beauvoir, que ajudam a pensar sobre a opressão simbólica e o papel social da mulher. Em seguida, foi realizada a seleção e análise do miniconto *“Para que ninguém a quisesse”*, de Marina Colasanti. A segunda etapa envolveu a construção de uma proposta didática com foco na leitura e sensibilização de atividades. A escolha dessa obra se dá pelo seu potencial de tratar a opressão feminina de forma intensa e profunda, abrindo espaço para discussões significativas sobre o patriarcado, o machismo estrutural e o silenciamento das mulheres. Visto isso, a proposta inclui rodas de conversa, momentos de escuta e perguntas norteadoras sobre o assunto, para estimular os alunos a refletirem sobre a perda da identidade da personagem feminina, resultante de diversos tipos de violência explícitas no conto.

2 DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

A proposta didática foi pensada para ser aplicada com estudantes do Ensino Médio, com o objetivo de provocar reflexões sobre a representação da mulher na sociedade e os mecanismos de opressão presentes tanto na literatura quanto na vida real. A partir da leitura do miniconto *“Para que ninguém a quisesse”*, de Marina Colasanti, os alunos serão convidados a observar de forma crítica as relações de poder, o machismo estrutural e a violência presente na narrativa.

A atividade será organizada como uma sequência didática, estruturada em três momentos principais: leitura e análise guiada do conto, uma breve contextualização teórica, e, por fim, um momento de sensibilização e produção criativa. Os termos como patriarcado, tipos de violência (simbólica/ física/ moral) serão utilizados no segundo momento da contextualização teórica que será baseada em reflexões sobre a história da mulher a partir das ideias de Mary Del Priore, visando aprofundar a reflexão e interligar a literatura às lutas femininas e às vivências reais, destacando momentos históricos em que as mulheres foram silenciadas, e excluídas de direitos ou submetidas à dominação masculina. Nesse sentido, a contextualização teórica, parte desde o período colonial até os dias atuais, passando por marcos como a conquista do direito ao voto, o acesso à educação, a luta contra a violência doméstica, entre outros momentos significativos da história das mulheres. Dessa forma, será abordada também a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que reconhece diversas formas de agressão contra a mulher, inclusive a violência psicológica e simbólica, definida como:

“qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões” (Art. 7º, II).

Essa discussão sobre a legislação, incluindo reflexões sobre a efetividade dela, contribuirá para que os alunos compreendam que os comportamentos do marido, retratados no conto, continuam presentes na realidade de muitas mulheres brasileiras. Para finalizar, será proposta uma reescrita criativa do final do conto, com o objetivo de repensar possibilidades de resistência feminina, nas quais a personagem possa recuperar sua autonomia, tomar decisões por si mesma e romper com o ciclo de opressão. Essa etapa visa não apenas estimular a produção escrita, mas também provocar uma reflexão mais profunda sobre o poder de escolha, voz e reconstrução da identidade da mulher, convidando os alunos a refletir sobre como uma mulher pode reconstruir a si mesma, mesmo dentro de um sistema que insiste em moldá-la.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pierre Bourdieu, sociólogo francês do século XX, em sua obra *“A dominação masculina”* (1999), apresenta o termo violência simbólica como uma forma de dominação que acontece sem gritos ou agressões físicas, mas que fere, silencia e retira da mulher o direito de existir por si mesma. Esse tipo de violência se disfarça de cuidado, de zelo e, justamente por isso, é tão difícil de ser percebida. Isso significa que, por estarem inseridas em uma cultura patriarcal desde sempre, muitas mulheres não percebem de imediato que estão sendo oprimidas, porque aprenderam a se calar, a se ajustar, a ceder. Complementando essa perspectiva, a história das mulheres nos ajuda a entender por que esse tipo de violência se repete. Assim, Mary Del Priore (2011), historiadora brasileira mostra que, por muito tempo, o destino das mulheres esteve ligado ao espaço privado: cuidar da casa, dos filhos e obedecer ao marido era visto como natural. A mulher foi educada para o silêncio, para a obediência, para agradar. Como afirma a autora, “à mulher cabia ser mãe, esposa, casta e silenciosa. O espaço feminino era o da casa. Lá ela se realizava e se calava” (p. 25, 2011). Seu valor era medido pela capacidade de servir, e toda tentativa de ser algo além disso era vista como ameaça e com o passar dos séculos, esse modelo de comportamento foi sendo transmitido de geração em geração, muitas vezes sem ser questionado, e ficando as mulheres destinadas a ocupar pouco espaço, a se contentar com a invisibilidade e a aceitar relações marcadas pelo controle como se fossem demonstrações de amor. O silenciamento, a submissão acabou construindo uma estrutura de opressão tão enraizada que, muitas vezes, já não parece violência e atitudes como as do marido são consideradas “normais”.

Voltando para a perspectiva de Marina Colasanti, percebemos que o comportamento do marido não é um ato isolado ou exagerado da ficção, mas sim o retrato de uma cultura que ainda enxerga o corpo e a liberdade da mulher como algo que pode ser controlado. O gesto de proibir roupas, maquiagem, sapatos e, por fim, cortar os cabelos da mulher será analisado como uma forma de silenciar sua identidade e apagar aquilo que a tornava viva, visível. Ao ler e refletir sobre o conto, os alunos podem identificar que o comportamento do marido revela um exemplo claro de violência e machismo estrutural. Ao discutir isso com os estudantes, a intenção é despertar algo que vá além da compreensão teórica: é fazer com que

eles percebam que nem toda violência grita, muitas vezes, ela se esconde no silêncio, no controle disfarçado de cuidado, na proibição que vem com tom de proteção, na “preocupação” que limita mais do que acolhe.

Espera-se que, a partir da proposta didática efetivamente desenvolvida, os estudantes do Ensino Médio possam ampliar seu olhar sobre as questões de gênero, reconhecendo como o machismo e o poder patriarcal se manifestam tanto na literatura quanto no cotidiano, e como, historicamente, as mulheres foram impedidas de ocupar espaços de decisão, e tiveram seus direitos negados e suas vozes silenciadas, assim como a autora nos apresenta.

CONCLUSÃO

O conto evidencia, apesar de breve ao longo da narrativa, o processo silencioso e cruel de apagamento da mulher - moldada pouco a pouco de acordo com a vontade do marido, sem que sua opinião ou desejo sejam considerados. A cada proibição imposta, dos sapatos, das roupas, dos enfeites, o texto revela a eliminação simbólica dos traços do feminino e, por consequência, de sua própria identidade. Ao abordar essas questões com os estudantes, espera-se criar um momento de reflexão sobre o machismo e a opressão patriarcal, especialmente na representação do silêncio e das dores femininas que surgem a partir de violências disfarçadas de cuidado ou proteção. Dessa forma, por meio da proposta didática, cria-se uma oportunidade para discutir o papel da mulher na sociedade, os impactos das violências simbólicas e as estruturas que perpetuam desigualdades. Além disso, é fundamental reconhecer o papel da literatura como um ato de escuta e resistência, principalmente quando trabalhada com jovens que estão em formação de pensamento, de identidade e de visão crítica do mundo. E, como professora em formação, desejo que cada leitura feita em sala de aula seja também uma possibilidade de espaço para o sentir, para a escuta, e transformação social, mesmo que em pequenos passos, na ação esperançosa de que escola se torne, cada vez mais, um lugar onde se constrói voz, memória e pensamento crítico.

REFERÊNCIAS

COLASANTI, Marina. Para que ninguém a quisesse. In: COLASANTI, Marina. **Contos de amor rasgados**. Porto Alegre: Rocco, 1986. p. 111-112.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967. p. 9-69.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. Unesp, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da**

Constituição Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 152, p. 1, 8 ago. 2006.